

20 OUT 1987

Dívida Política JORNAL DO BRASIL

Um excesso de ideologia vem caracterizando o debate em torno de dois dos mais sérios problemas econômicos brasileiros: a dívida interna e a externa. No exato momento em que o governo reabre os contatos com os bancos credores, economistas que participaram do desastre do plano cruzado lançam na Unicamp um manifesto reafirmando suas convicções contra um pagamento simbólico aos bancos estrangeiros, porque "por menor que seja seu valor, representaria de fato uma submissão aos credores internacionais, que tem por objetivo maior quebrar a resistência brasileira". Os economistas sustentam pura e simplesmente que "a moratória não pode ser suspensa".

A rigidez no relacionamento com os credores internacionais tem o seu contraponto doméstico na forma como os economistas de maior carga ideológica do PMDB tratam a questão da dívida interna. Há, na verdade, uma nítida dissociação entre o tratamento pragmático que se deveria dar à dívida e o tratamento político.

O diretor da dívida pública do Banco Central, Alkimar Moura, afirma, apenas a título de exemplo, desconhecer estudo do Banco Central ou encomendação pelo Palácio do Planalto sobre dívida interna e moratória. Do outro lado, os governadores reunidos no fim da semana no Rio de Janeiro elaboram um documento onde afirmam que o PMDB envidará todos os seus esforços para a superação de obstáculos

entre os quais colocam "a dívida interna, que, nascida originalmente de subsídios afrontosos e maciças transferências públicas para setores empresariais privilegiados, avança a cada dia, alimentada basicamente pelos acréscimos financeiros decorrentes das políticas de juros reais elevados que favorecem a intermediação em detrimento da produção".

O pronunciamento dos governadores é correto na medida em que ataca as altas taxas de juros e o elevado endividamento público. Falha, porém, ao não reconhecer um ponto: a situação atual e a pressão sobre o sistema financeiro são largamente condicionadas pelo elevado endividamento das empresas e atividades públicas. O governo deixou de poupar e seus déficits acumulados pressionam as taxas que o Banco Central, inutilmente, tenta derrubar. Quando os governadores se queixam de juros altos, estão, na verdade, contrariando o que afirmam as autoridades monetárias.

Esse descompasso entre política e realidade, entre a ideologia e os fatos concretos precisa acabar. As atividades empresariais precisam retomar seu curso produtivo e, para tanto, necessitam de um horizonte definido de investimentos. Não será possível investir sem que haja sintonia entre a política monetária, fiscal e o suporte partidário às ações mais coerentes do governo.